

**Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar  
na direção da produção de conhecimento<sup>o</sup>  
(Social psychology and Social Work: an interdisciplinarity relation in  
direction of knowledge production)**

Karen Eidelwein\*

**Resumo** – Este artigo apresenta, de forma breve, a constituição da Psicologia enquanto ciência e da Psicologia Social (crítica) como uma área do saber psicológico, muito próxima do Serviço Social, ao se considerarem os objetos de estudo das respectivas disciplinas. Desenvolve uma reflexão sobre as possibilidades de construção de saberes e práticas interdisciplinares decorrentes da relação dialógica entre as áreas de conhecimento em questão, através de questionamentos voltados às próprias áreas que se encontram inseridas no grupo das Ciências Sociais e Humanas.

**Palavras-chave** – Psicologia Social. Serviço Social. Produção de conhecimento. Interdisciplinaridade.

**Abstract** – The article presents of brief form the constitution of psychology while science and social psychology (critical) as an area of psychological knowing, very next to the social work to if to consider objects of study in theirs respective disciplines. Develops a reflection on the interdisciplinary knows and practices constructions possibilities occurring of the dialogical connection between the areas in matter, through questionings directed to the proper areas that are inserted in the group of Social Sciences and Human.

**Key-words** – Social Psychology. Social Work. Knowledge production. Interdisciplinarity.

### **Introdução**

A Psicologia é considerada uma área do conhecimento científico que, para fins de classificação dentro do saber acadêmico, em algumas universidades, encontra-se vinculada ao campo das Ciências Sociais e Humanas e, em outras, à área das Ciências da Saúde. Historicamente, as raízes do conhecimento psicológico podem ser situadas no campo da Filosofia, Biologia e Sociologia. Atualmente, diante da inserção dos profissionais, principalmente a partir das duas últimas décadas, na saúde pública, potencializada pela política pública do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do Movimento Antimanicomial (no campo da saúde mental), de intervenções realizadas dentro de Unidades Básicas de Saúde

---

<sup>o</sup> Artigo recebido em 19.03.2007. Aprovado em 05.07.2007.

\* Doutoranda em Serviço Social/PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. karen@openbit.com.br.

(UBS) e no contexto das equipes dos Programas de Saúde da Família (PSF), a profissão tem sido caracterizada cada vez mais como pertencente à área da saúde.

Tal situação faz com que se pense, afinal, qual o lugar da Psicologia e quais os parâmetros utilizados para situá-la em alguns contextos no campo das Ciências Sociais e Humanas e em outros no campo das Ciências da Saúde. Esse fato implica a produção de conhecimento científico da área em questão? De que forma? Sob quais aspectos? A filiação à determinada área do conhecimento científico decorre dos espaços de intervenção profissional ou do objeto de estudo da profissão? Ou dos dois fatores, uma vez que prática e teoria andam de mãos dadas? Ao retomar as raízes históricas de sua constituição enquanto ciência, seria a Psicologia de natureza interdisciplinar?

Enfim, esses são alguns questionamentos que surgem quando se propõe produzir conhecimento a partir da área de filiação profissional – a Psicologia – através da inserção em outro campo de saber: o Serviço Social.<sup>1</sup> A Psicologia, enquanto área do conhecimento científico, é multifacetada, em termos de objetos de estudo, métodos e metodologias, o que permite questionar se é possível falar da existência de uma psicologia ou se seria mais adequado fazer referências a psicologias.

[...] no que diz respeito aos domínios e aos métodos de investigação da Psicologia, podemos constatar a multiplicidade das pesquisas nas seguintes direções: a psicologia baseada nos testes, a psicologia animal, a reflexologia, o behaviorismo, a psicologia da forma, [...] a psicologia genética, a caracterológica, [...] a psicologia “das profundezas”, com a Psicanálise de Freud, com a “Psicologia do Indivíduo” de Alfred Adler, e com a “Psicologia Analítica” de Jung, [...] numerosas teorias relativas à Psicologia Social, sem falarmos nas introspeccionistas ou fenomenológicas (JAPIASSU, 1995, p. 21-22).

Dentro desse universo, a opção de estudo e ação profissional situa-se no campo da psicologia social crítica, uma denominação instituída pelos estudiosos da psicologia social na América Latina, com o objetivo de diferenciar seus aportes teóricos e metodológicos da psicologia social desenvolvida na América do Norte. Nessa direção, busca-se “atuar dentro de uma perspectiva da psicologia social, em uma visão sócio-histórica, junto às relações que são travadas na esfera do cotidiano, eliminando-se posturas reducionistas, psicologizantes e a-históricas sobre os processos psicossociais” (FREITAS, 1998, p. 76).

---

<sup>1</sup> Profissão que até bem pouco tempo atrás também pertencia à Área das Ciências Sociais e Humanas, mas que atualmente encontra-se situada, em algumas Instituições de Ensino Superior, na Área das Ciências Humanas e, em outras, na Área das Ciências Sociais Aplicadas.

Ao considerar como objeto de estudo da psicologia social a natureza social do fenômeno psíquico, isto é, *a construção do mundo interno a partir das relações sociais vividas pelo homem*,<sup>2</sup> surge a necessidade de se aproximar de outras áreas do conhecimento, uma vez que historicamente a Psicologia se ocupou em estudar o indivíduo descontextualizado de suas relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Dessa forma, ao considerar o objeto de estudo do Serviço Social – a questão social em suas múltiplas expressões – é possível pensar que o conhecimento produzido por essa área do saber em torno de seu objeto pode contribuir para ampliar a leitura e a compreensão da psicologia social em torno das relações que se estabelecem entre sujeito e sociedade. E, por outro lado, busca-se também poder contribuir com a produção de conhecimento dentro do Serviço Social, uma vez que tal profissão intervém diretamente com os sujeitos sociais nas mais diversas situações do cotidiano. Dessa forma, também recorre a outras áreas do conhecimento científico para subsidiar seu campo teórico-prático e técnico-operativo, sendo que a contribuição da Psicologia, através das disciplinas ministradas nos cursos de graduação em Serviço Social, muitas vezes, fundamenta-se em concepções de indivíduo e sociedade, “[...] perpassadas por uma visão dicotômica da realidade, onde o natural opõe-se ao social, o biológico ao psicológico, o animal ao espiritual” (JURBERG, 2000, p. 118). O que é diferente de compreendê-los como elementos que fazem parte de um mesmo universo e que se constituem mutuamente.

Considerando, então, o objeto de estudo da Psicologia Social e do Serviço Social, parece ser interessante pensar sobre possibilidades de construções teóricas e metodológicas que resultem da capacidade de diálogo das disciplinas em questão, na direção de práticas interdisciplinares. Um dos elementos característicos da constituição de um paradigma emergente, ou seja, um paradigma científico próprio do campo das ciências sociais e humanas (SANTOS, 2004).

Ao refletir sobre as possibilidades de trabalho interdisciplinar entre Psicologia Social e Serviço Social, na direção da produção de novos conhecimentos teórico-práticos, inicialmente, torna-se interessante apresentar, de forma breve, o processo de constituição da Psicologia como ciência, o surgimento da Psicologia Social crítica, enquanto um campo de saber psicológico, e discutir as possibilidades de interfaces entre as áreas do conhecimento em questão.

---

<sup>2</sup> Informação disponível em Wikipédia, a enciclopédia livre:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Psicologia\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Psicologia_social)> acesso em setembro de 2006.

### **A Psicologia em busca de um estatuto científico**

A Psicologia se instituiu, enquanto ciência, a partir de fins do século XIX; entretanto, desde a metade do século XVIII, pode-se dizer que estudos de caráter psicológico vinham sendo realizados. Tais períodos históricos foram marcados pelo desenvolvimento de um modelo de racionalidade que serviu de sustentação para a ciência moderna, sendo decorrente das revoluções científicas do século XVI (através dos trabalhos de Copérnico, Galileu e Newton), basicamente no campo das ciências naturais. No século XIX, tal modelo estende-se ao campo das ciências sociais emergentes (estudos históricos, filológicos, jurídicos, literários, filosóficos e teológicos), passando a ser referido como o modelo global de racionalidade e, como tal, um modelo totalitário “na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2004, p. 21).

Nesse contexto, “[...] da mesma forma que as ciências naturais propunham um conhecimento objetivo, neutro, livre de juízo de valor, de implicações político-sociais [...] também as ciências sociais devem buscar, para sua cientificidade, este ‘conhecimento objetivo’” (MINAYO, 2006, p. 82). Em que pese as diferenças entre os objetos de conhecimento das ciências naturais (o mundo físico e as leis que o regem) e das ciências sociais (a sociedade e os seres humanos que a constituem), a psicologia desenvolveu-se inicialmente, filiando-se aos princípios epistemológico e metodológico das ciências naturais: a busca da neutralidade científica, através da separação entre o sujeito que conhece do objeto a ser conhecido, e procedimentos de divisão, classificação, experimentação, medição, controle e cálculo do fenômeno a ser estudado.

A psicologia científica tem origem européia, principalmente alemã. De acordo com Japiassu (1995, p. 30), na primeira metade do século XIX, a psicologia experimental conseguiu firmar-se na Alemanha, diferenciando-se do pensamento inglês que “estava ainda preso a uma psicologia do senso comum, fundada sobre a observação empírica da realidade que se oferece à consciência [...]”. Pesquisadores como J. F. Herbart (1776-1841) – que tentou aplicar a matemática ao estudo da vida psíquica e apoiava-se na “psicofísica” que deveria ter a tarefa essencial de “determinar a relação entre o fenômeno físico, considerado como simples excitação causal, e o fenômeno psíquico que dele resultava” –; E. H. Weber (1795-1878) – fisiólogo e anatomista, que através dos estudos sobre as sensações táteis e visuais “conseguiu, pela primeira vez, passar do domínio da fisiologia ao da psicologia” – e Johannes Muller (1801-1858) – um dos fundadores da medicina positiva, que formulou “em sua obra

fundamental, *Manual de psicologia humana*, a teoria da energia específica dos nervos” – contribuíram para a passagem da psicologia para o domínio da fisiologia, sobretudo como ela foi inicialmente formulada por Hermann Lotze (1817-1881) em sua *Psicologia médica ou fisiologia da alma* (JAPIASSU, 1995, p. 31-32).

Todos os estudiosos referidos podem ser considerados precursores da Psicologia, porém foi o alemão W. Wundt (1831-1920), fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig (Alemanha de 1878-79), e reconhecido como o primeiro psicólogo, uma vez que seus precursores eram médicos, fisiologistas e físicos, quem formulou um projeto de psicologia como ciência independente, utilizando-se do método experimental em situações controladas em laboratório (FIGUEIREDO; SANTI, 1999).

O objeto de estudo do referido pesquisador era a experiência imediata dos sujeitos, isto é, a experiência tal como o sujeito a vive antes de pensar sobre ela, de comunicá-la e de “conhecê-la”. Porém, para conhecer a experiência imediata dos sujeitos, não interessavam a Wundt somente os processos sensoriais básicos que poderiam ser estudados em laboratório, mas interessava, também, compreender os processos superiores da vida mental (pensamento, imaginação, dentre outros) que implicavam a análise dos fenômenos culturais (linguagem, sistemas religiosos, mitos, costumes, magia), resultantes da interação recíproca entre os sujeitos. Desta forma, havia dois projetos de pesquisa existentes: um mais voltado para a psicologia enquanto ciência natural que passou a se utilizar de métodos experimentais para conhecer o comportamento humano individual (psicologia fisiológica experimental); outro na perspectiva de uma psicologia das ciências sociais e humanas, preocupada em compreender processos individuais que se constroem a partir do coletivo (psicologia social ou “dos povos”) (FIGUEIREDO; SANTI, 1999, p. 58-59; FARR, 2002).

A dificuldade em conciliar as duas perspectivas fez com que os discípulos de Wundt (pesquisadores ingleses e norte-americanos, dentre outros) optassem pelo estudo experimental do comportamento humano em seus aspectos observáveis e em suas reações fisiológicas, deixando em aberto o estudo de aspectos mais subjetivos, tais como, a mente ou psique, que não poderiam ser somente compreendidos dentro de laboratórios.

Entretanto, cabe mencionar que, paralelamente aos estudos voltados para a perspectiva de uma psicologia experimental, iniciavam-se estudos a partir de outras perspectivas teóricas e metodológicas que ameaçavam as posições dessa ciência objetiva. Em 1874, Franz Brentano, com sua obra *Psicologia de um ponto de vista empirista*, “rompe com a psicologia analítica e os associacionismos, proclamando a prioridade de um estudo do ato mental e da noção de intenção”. Sua psicologia será o ponto de partida dos trabalhos de E. Husserl (1859-

1938) que, “a partir da idéia de intencionalidade, empreende uma recuperação da Psicologia pela Filosofia”. Na mesma época, surge a psicologia da forma, cujas origens remontam ao artigo de von Ehrenfels “*Sobre as qualidades da estrutura*” (1890) e, a partir de 1910, Wertheimer (1880-1943), Köhler (1887) e Koffka (1886-1941) multiplicam “as investigações em todos os setores da Psicologia, partindo de um reagrupamento dos elementos da vida mental, cuja inteligibilidade deve proceder por conjuntos e não através dos detalhes” (JAPIASSU, 1995, p. 35). Ou seja, ao mesmo tempo em que a Psicologia institui-se enquanto ciência dentro de um paradigma científico positivista, fundamentada nos estudos da Biologia, também produz conhecimento dentro de perspectivas teóricas subsidiadas pelos conhecimentos da Filosofia.

De qualquer forma, fundamentando-se mais em conhecimentos de cunho biológico e físico-químicos, ou filosóficos, o nascimento da psicologia científica se deu em um clima intelectual banhado pelo Positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), para quem “o pensamento teria de ser totalmente positivo, isto é, dele deveria ser eliminado todo o conteúdo crítico para que os cientistas descobrissem as leis da sociedade.” (MINAYO, 2006, p.84). Cabe mencionar que Comte até chega a reconhecer a existência da Psicologia, porém não como uma ciência independente, mas como “uma área de conhecimento parcialmente dependente ou da Biologia ou da Sociologia” (FIGUEIREDO; SANTI, 1999, p. 15). E é dentro desse panorama histórico que se encontram os fundamentos de constituição da Psicologia Social.

### **Psicologia Social**

A Psicologia Social pode ser compreendida como uma área de conhecimento psicológico que tem seus primórdios nos estudos de Wundt no que tange aos objetos de estudo de sua *Völkerpsychologie*<sup>3</sup> (psicologia dos povos, das massas), a saber: a língua, a religião, os costumes, os mitos, a magia e os fenômenos similares. Para o referido pesquisador, tais fenômenos não poderiam ser estudados através de experimentos tais como os que se realizavam no laboratório de psicologia experimental. Entretanto, em decorrência da força positivista, dos efeitos do reducionismo dos fenômenos sociais, da individualização e americanização da Psicologia Social, pode-se dizer que

---

<sup>3</sup> Wundt produziu dez volumes de sua *Völkerpsychologie* (1900-1920), de acordo com Farr (2002).

A herança de Wundt foi uma psicologia experimental que não era social e uma psicologia social que não era experimental. Se a psicologia se tornou por primeiro uma ciência experimental na Alemanha, foi a psicologia social que se tornou depois uma ciência experimental nos Estados Unidos (FARR, 2002, p. 59).

A Psicologia Social se desenvolveu como conhecimento científico sistemático por volta do fim da I Guerra Mundial, diante do objetivo de compreender as crises e convulsões que abalavam o mundo. A partir da II Guerra, ela atingiu seu auge nos EUA dentro de uma perspectiva positivista-funcionalista, onde a sociedade era compreendida como o pano de fundo sob o qual o indivíduo desenvolvia suas ações.

E os psicólogos sociais se puseram a campo para estudar fenômenos de liderança, opinião pública, propaganda, preconceito, mudança de atitudes, comunicação, relações raciais, conflitos de valores, relações grupais, etc. [...] através de pesquisas e experimentos que procuravam procedimentos e técnicas de intervenção nas relações sociais para garantir uma vida melhor para os homens. Os temas de estudo continuavam sendo os mesmos; partindo ou não de sistemas teóricos da psicologia, todos se voltavam para a procura de fórmulas de ajustamento e adequação de comportamentos individuais ao contexto social (LANE, 1985, p. 76).

No final da década de 1960, na Europa (França e Inglaterra), iniciaram-se críticas mais incisivas ao caráter ideológico e mantenedor das relações sociais da psicologia social norte-americana (Ibidem). Os países da América Latina reproduziram os conhecimentos dos EUA através da aplicação de conceitos e adaptações metodológicas de acordo com a realidade de cada país. A crise da Psicologia Social começou a se instaurar no Congresso de Psicologia Interamericana, em 1976, em Miami (EUA), a partir de críticas de psicólogos sociais latino-americanos relativas a concepções teóricas e metodológicas adotadas pela área, porém sem oferecerem alternativas. No Congresso seguinte, realizado em 1979, em Lima (Peru), surgiu o movimento de redefinição da Psicologia Social em decorrência de críticas mais incisivas, assim como, de propostas<sup>4</sup> para superar os impasses.

No Brasil, a Psicologia Social foi introduzida na década de 1950,<sup>5</sup> a partir dos referenciais norte-americanos. Porém, os questionamentos sobre o ensino e o papel da academia, decorrentes dos movimentos de 1968, contribuíram para uma reflexão crítica sobre a função da universidade em países de terceiro mundo. Neste sentido, alguns professores de

---

<sup>4</sup> Para esse Congresso havia sido organizado um Simpósio sobre a pesquisa em psicologia social na América Latina onde cientistas do México, Peru e Brasil trocaram experiências. E na Assembléia da Associação Latino-Americana de Psicologia Social (ALAPSO) surgiu a necessidade de maior intercâmbio entre os cientistas de cada país (LANE, 1985, p. 77-80).

<sup>5</sup> Pelo Prof. Otto Klineberg na Universidade de São Paulo (USP), conforme Lane (1985).

psicologia passaram a questionar sua prática ao mesmo tempo em que a crise da Psicologia enquanto ciência começava a se fazer presente, diante dos conceitos da antipsiquiatria que ampliavam a concepção de doença e saúde mental (LANE, 1998).

Após o Congresso no Peru, um grupo de psicólogos sociais brasileiros, vinculados à ALAPSO,<sup>6</sup> promoveu um Encontro de Psicologia Social onde foram tratados temas relativos aos problemas urbanos e às experiências de pesquisa em várias partes do país. A partir desse evento, criou-se a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO – 1980), com o objetivo de ampliar o campo de ação da Psicologia Social através do contato com profissionais de outras áreas do conhecimento científico, buscando construir teórica e metodologicamente intervenções mais adequadas à realidade nacional (LANE, 1985).

Pode-se pensar que as experiências de psicologia *na comunidade, da comunidade e social comunitária* (FREITAS, 1998), desenvolvidas no Brasil, a partir da década de 1960, contribuíram para a construção de uma psicologia social brasileira crítica, considerando a interlocução com as experiências de outros países latino-americanos. Entretanto, a Psicologia Social não diz respeito apenas aos trabalhos desenvolvidos no campo comunitário, uma vez que é definida por seu objeto de estudo e não pelo local de atuação profissional.

A Psicologia Social estuda a relação essencial entre o indivíduo e a sociedade, esta entendida historicamente, desde como seus membros se organizam para garantir sua sobrevivência até seus costumes, valores e instituições necessários para continuidade da sociedade. [...] a grande preocupação atual da Psicologia Social é conhecer como o homem se insere neste processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade em que vive (LANE, 1985, p. 10).

Diante disso, cabe mencionar que o social não é compreendido como algo natural, evidente, mas como resultado de uma construção histórica decorrente de lutas entre forças contraditórias. A partir do momento em que um conjunto de forças se sobrepõe a outro, surgem certos “disfuncionamentos” que, ao não serem regulados de uma maneira relativamente informal no tecido da sociedade, geram um movimento de “problematização” do social e criação de alguns espaços institucionais, onde um “corpo profissional especializado passará a se ocupar de tais ‘disfuncionamentos’” (SILVA, 2005, p. 18). Então, não se trata de um social que servirá de pano de fundo para as ações profissionais, mas sim de um contexto a partir do qual as profissões – Psicologia (Social) e Serviço Social – se constituem e são permanentemente tensionadas.

---

<sup>6</sup> Ver nota nº 4.

[...] o atual quadro sócio-histórico não se reduz a *um pano de fundo* para que se possa, *depois*, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social [e do psicólogo],<sup>7</sup> afetando as suas condições e as relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2006, p. 19).

### **Psicologia Social e Serviço Social: a caminho da interdisciplinaridade**

O Serviço Social historicamente vinculou-se a práticas religiosas da Igreja Católica, de assistência aos pobres e desamparados, dentro de uma perspectiva voluntarista e filantrópica, de caráter positivista-funcionalista. Passou a ganhar notoriedade com o advento das relações entre capital e trabalho, com a ampliação de seu mercado de trabalho durante o padrão taylorista-fordista de produção, mediante uma regulação econômica keynesiana. Porém, a partir da década de 1950, iniciou-se um processo de erosão das bases de sua sustentação em nível mundial. Esse processo impulsionou um movimento de reconceituação da profissão, especificamente na América Latina, na metade dos anos de 1960, que implicou “um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (IAMAMOTO, 2006, p. 206). Os anos de 1960 e 1970 foram inovadores para a profissão em função de revisões críticas no campo das ciências sociais e “pela apropriação de correntes filosóficas vinculadas ao pensamento cristão progressista e pela interlocução com a tradição marxista, posta pela reconceituação” (BARROCO, 2001, p. 108).

O serviço social brasileiro, que nasceu e se desenvolveu nos marcos do pensamento conservador, como um estilo de pensar e de agir na sociedade capitalista, vivenciou os sinais de erosão das bases do Serviço Social tradicional diante de um cenário de desenvolvimentismo, onde jovens profissionais, inseridos em trabalhos nas comunidades, começaram a questionar “a histórica subalternidade da profissão, reivindicando um novo padrão cultural e teórico, tendo em vista as mudanças sociais em curso” (BARROCO, 2001, p. 108). A mobilização democrático-popular do início da década de 1960 favoreceu a militância política de setores profissionais, especialmente dos jovens estudantes. Apesar do período da ditadura militar impor limites aos avanços das forças democrático-populares, novas demandas foram impostas à profissão, consolidando a necessidade de sua renovação. Entretanto, o predomínio das forças conservadoras no período ditatorial fez com que somente

---

<sup>7</sup> Idéia acrescentada pela autora do presente artigo.

a partir da década de 1980, o Serviço Social Brasileiro, referenciado no movimento de reconceitualização latino-americano, passasse a ser pensado como uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade. Concepção que tem implicado romper com uma visão endogenista de constituição da profissão (tecnificação da filantropia), ampliando o olhar para o movimento das classes sociais e para o Estado e suas relações com a sociedade; compreender que as demandas para a profissão decorrem da ampliação do Estado, que passa a tratar a questão social não só coercitivamente, mas procurando um consenso na sociedade e privilegiar a produção e reprodução da vida social, como determinantes na constituição da materialidade e da subjetividade das “classes que vivem do trabalho”<sup>8</sup> (IAMAMOTO, 2006).

Considerando o exposto até aqui, é possível estabelecer pontos de relação entre a história de constituição da Psicologia Social e do Serviço Social, uma vez que essas duas áreas do conhecimento são frutos de construções históricas da sociedade em determinadas épocas temporais, caracterizadas por determinadas formas de acumulação do capital. Partindo da compreensão do social como uma “invenção” histórica, portanto, não-natural, não-necessária, não-imutável e da questão social, em suas múltiplas expressões, como uma produção histórica decorrente e recorrente das transformações nos processos de (re)produção do capital, dizendo respeito à

[...] divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada [...] questão que se reformula e se redefina, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação social por natureza excludente (YAZBEK, 2001, p. 33),

cabe refletir o quanto as referidas profissões surgem em um primeiro momento como tecnologias que devem operar para a manutenção de determinado *status quo*. Devem agir sobre as “disfunções” do social na direção de torná-las funcionais, sob termos como ressocializar, reabilitar, resgatar, incluir, dentre outros.

Os psicólogos sociais e os assistentes sociais fazem parte da classe-que-vive-do-trabalho e, enquanto trabalhadores, participam do processo de (re)produção do capital em sua totalidade, ou seja, instaurando movimentos de sujeição e manutenção, assim como, de

---

<sup>8</sup> Conforme Antunes (2004), a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade dos assalariados, não só os trabalhadores manuais diretos, mas também a totalidade do trabalho social e coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. Incorpora o núcleo central do proletariado industrial; os trabalhadores dos setores produtivos nos serviços; os trabalhadores improdutivos; o proletariado rural; o proletariado precarizado; o proletariado moderno, fabril e de serviços *part-time*; a totalidade dos trabalhadores desempregados.

resistência e enfrentamento às forças instituídas. Ambos os profissionais encontram-se submetidos a relações e condições de trabalho que são determinantes de suas possibilidades e limitações, fazendo com que não possuam o domínio completo sobre o próprio processo de trabalho. E, se considerarmos que tal processo se constitui de aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, pode-se refletir o quanto tais elementos, apesar de serem oriundos de processos de produção de conhecimento das próprias profissões, não são decorrentes de uma produção endógena, mas de toda uma conjuntura social, econômica, política e cultural que condiciona ou favorece determinadas visões da natureza e do ser humano, formas de investigação e compreensão da realidade, bem como modos de intervenção sobre a realidade pensada e investigada.

[...] os psicólogos precisam compreender que sua ciência apareceu como uma construção evolutiva, resultando de uma complexa interação entre teorias e experiências, freqüentemente incompletas. [...] que sua ciência, antes de desenvolver-se segundo as suas regras próprias, visando “verificar” ou “refutar” sua descrição dos fenômenos, foi e continua sendo amplamente determinada (ou condicionada) por fatores sócio-econômicos, sócio-histórico-culturais e, mais ainda, por motivações filosóficas ou psicológicas dos próprios pesquisadores (JAPIASSU, 1995, p. 15).

Embora a reflexão de Japiassu diga respeito à Psicologia, pode muito bem ser transposta para o campo do Serviço Social. Desta forma, importa pensar as condições a partir das quais se produz conhecimento sobre determinado processo ou fenômeno, seja a questão social em suas múltiplas expressões ou a produção social do fenômeno psicológico.

Dado um contexto social complexo, cada pesquisador lançará seu olhar específico, colocará os “óculos” de seu referencial teórico. O político problematizará as questões que envolvem o poder, o antropólogo visualizará as questões sob a ótica da cultura, o sociólogo a partir dos movimentos sociais. Será no entrecruzamento destes olhares que se fará a inter e transdisciplinaridade. E é neste sentido que se constitui a multidisciplinaridade (ARENDR, 1997, p. 12).

O compromisso dos pesquisadores com a produção do conhecimento decorrerá de sua competência técnica, crítica, política e criativa. Desta forma, pode-se dizer que o olhar que cada um lança sobre a realidade diferencia as práticas profissionais. Diante disso, considerando que trabalhar com as expressões da questão social não é exclusividade do Serviço Social, assim como trabalhar com processos de produção de subjetividade não é exclusividade da Psicologia Social, qual a peculiaridade de cada área? Trabalhar nas expressões da questão social implica trabalhar com fenômenos psicológicos? E trabalhar com

fenômenos psicológicos, implica considerar as expressões da questão social? É possível “olhar” apenas para as situações de desigualdade e exclusão social sem “olhar” para os modos como os sujeitos significam tais experiências? É possível “olhar” para os significados que os sujeitos atribuem a suas experiências de vida sem “olhar” para as condições materiais de (re)produção da sociedade na qual se encontram inseridos?

Parece que o trabalho dentro da área das Ciências Sociais e Humanas implica a necessidade de uma ação interdisciplinar, considerando a complexidade dos objetos de estudo que as diferentes disciplinas se propõem estudar e as limitações encontradas quando se fica fechado apenas dentro de um campo de conhecimento científico que, por ter objeto e metodologias próprias, acaba (de)limitando sua perspectiva de compreensão e ação.

A construção de um outro paradigma científico – um paradigma emergente nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (2004) – que sirva de orientação para os estudos dentro da área de conhecimento em questão, decorre da possibilidade concreta de se ultrapassar as disciplinas na direção da construção de ações interdisciplinares. Isso não significa negar as diferentes disciplinas ou desqualificar os conhecimentos por elas produzidos, mas, partindo de tais conhecimentos, negar e superar as fronteiras de cada uma na direção de formas de compreensão dos fenômenos e processos que possam estar mais próximas das realidades de onde partem, sendo apropriadas pelo maior número de pessoas possível.

[...] de um lado, a interdisciplinaridade aparece como o instrumento e a expressão de uma crítica interna do saber, como um meio de superar o isolacionismo das disciplinas, como uma maneira de abandonar a pseudo-ideologia da independência de cada disciplina relativamente aos outros domínios da atividade humana e aos diversos setores do próprio saber; do outro, como uma modalidade inovadora de adequar as atividades de ensino e de pesquisa às necessidades sócio-profissionais, bem como de superar o fosso que ainda separa a universidade da sociedade (JAPIASSU, 1976, p. 57).

O desafio das colaborações interdisciplinares consiste na construção de uma linguagem que seja comum aos especialistas oriundos de diferentes disciplinas, que possibilite um entendimento mútuo sobre as concepções iniciais e a articulação de uma caminhada que permita a cada um aceitar o “desenraizamento provocado por problemáticas diferentes da sua” (Ibidem, p. 97). Implica o desenvolvimento de um movimento dialógico que inicia a produção de um conhecimento, “cuja verdade se constitui ao longo do movimento, sem estar disponível, de antemão, para um dos participantes” (FLICKINGER, 2002, p. 151). Trata-se de uma relação dialética entre os sujeitos participantes do diálogo. Relação esta que se

caracteriza por diferentes pontos de vista sobre um mesmo evento e que depende de duas condições para ser bem sucedida: da disponibilidade dos participantes do diálogo em revelar as razões de suas convicções, as quais serão avaliadas pelo interlocutor, podendo convencê-lo (caminho para a verdade) ou não (necessidade de correção). E da compreensão de que o saber verdadeiro não deve ser considerado como algo estanque, mas em contínuo processo de renovação.

Ao pensar sobre a necessidade-possibilidade de construção de saberes e práticas interdisciplinares entre a Psicologia Social e o Serviço Social, surgem alguns questionamentos: Ao analisar as formas como Serviço Social e Psicologia Social dialogam com a questão social, que tipos de verdades se constroem? Ao dialogar com a questão social, quem seriam os interlocutores? Considerando a complexidade das expressões da questão social, que implica a necessidade de intervenção de uma série de profissões, até que ponto há disponibilidade para a existência do diálogo entre as diferentes áreas do saber, principalmente se considerarmos a disputa pelo domínio de territórios de ação profissional diante de relações de trabalho precarizadas e compartimentalizadas? Ao dialogarem entre si, enquanto áreas de saber, sobre a questão social, quais as possibilidades de compreensão que surgem? Em que medida o diálogo com o objeto e entre as profissões implica uma auto-reflexão sobre as próprias disciplinas e o campo das Ciências Sociais e Humanas?

A ciência só se torna possível quando se vai além da experiência imediata. E o caminho que nos leva além do imediato é o método, o qual comporta quatro elementos fundamentais: a) certo corte da realidade, através de uma abstração conveniente [...]; b) procedimentos de investigação adaptados à realidade assim “reduzida”; c) procedimentos representativos, isto é, uma linguagem empírica permitindo expressar com precisão as investigações e seus resultados; d) procedimentos explicativos, isto é, uma linguagem teórica permitindo reencontrar, por via dedutiva, os dados empíricos e, assim, explicá-los (JAPIASSU, 1995, p. 41).

Assim, diante do processo de construção de saberes e práticas interdisciplinares, busca-se reduzir o corte da realidade e criar procedimentos de investigação, representativos e explicativos, que sejam produtos do diálogo entre as disciplinas em questão – Psicologia Social e Serviço Social –, sendo irreduzíveis apenas a um ou outro campo de saber, uma vez que decorrem de condições criadoras existentes somente no movimento dialógico das profissões envolvidas.

### Considerações finais

A partir do exposto, pode-se observar que a Psicologia Social e o Serviço Social, com seus respectivos objetos de estudo – a natureza social do fenômeno psicológico e as múltiplas expressões da questão social –, encontram-se profundamente vinculadas uma vez que as desigualdades e os processos de exclusão oriundos das condições de organização e reprodução da vida material são constituintes dos processos de produção de subjetividades assujeitadas e/ou livres as quais, por sua vez, constituem a lógica de (re)produção do próprio sistema, seja conformando-se e/ou resistindo a ele, na perspectiva de manutenção do instituído e/ou da produção de movimentos e forças instituintes (BAREMBLITT, 1992).

Dessa maneira, ao trabalhar de forma interdisciplinar, cabe uma reflexão epistemológica sobre a concepção de ser humano e de mundo que fundamenta a produção do conhecimento coletivo. Concepção que, em muitas situações, fica subentendida a partir das teorias, métodos e metodologias utilizados. Cabe, então, refletir, a partir da concepção epistemológica que sustentará o trabalho interdisciplinar, quais teorias, métodos e metodologias favorecem, contribuem, melhor possibilitam a construção de saberes e ações que permitam alcançar o compromisso social das profissões em questão: a produção de melhores condições de vida através da garantia de direitos sociais, civis e políticos a partir dos quais se possa chegar à distribuição e não à concentração da riqueza social. Para tanto, o Código de Ética da Psicologia e o Projeto Ético-Político do Serviço Social servem como referências históricas e políticas sobre o saber-fazer de cada uma das profissões diante do processo de articular

[...] as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, que vão além da vontade do sujeito individual [...] e as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo [...] dos agentes profissionais a esse contexto (IAMAMOTO, 2004, p. 27).

Articulação que se torna um desafio diante da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), através do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social e os serviços de proteção básica e especial de média e alta complexidade, reúnem assistentes sociais e psicólogos que se tornam os agentes responsáveis pela (re)produção da Assistência Social enquanto uma instituição social que, como política pública, vem buscando superar a

perspectiva assistencialista, clientelística, de caridade e de ações desarticuladas com as demais políticas sociais (saúde, educação, trabalho e previdência social).

### Referências

- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- ARENDDT, Ronald J. J. Psicologia comunitária: teoria e metodologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 7-16, 1997.
- BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de análise institucional e outras correntes – teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BARROCO, Maria L. S. *Ética e Serviço Social – fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- FARR, Robert M. *As raízes da Psicologia Social moderna*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FIGUEIREDO, Luís C. M.; SANTI, Pedro L. R. *Psicologia – uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ, 1999.
- FLICKINGER, Hans G. Pedagogia e hermenêutica – uma revisão da racionalidade iluminista. In: FÁVERO, Altair A.; TROMBETTA, Gerson L.; RAUBER, Jaime J. *Filosofia e Racionalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 141-155.
- FREITAS, Maria de F. Q. de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, Regina H. de F. (Org.). *Psicologia Social comunitária – da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 54-80.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- \_\_\_\_\_. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetórias e desafios. In: MOLINA, Maria L. M (Org.). *La cuestión social y la formación profesional em Trabajo Social em el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana*. XVIII Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. San José/Costa Rica, jul. 2004, p. 17-50.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução à epistemologia da psicologia*. 5. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JURBERG, Marise B. Individualismo e coletivismo na psicologia social: uma questão paradigmática. In: CAMPOS, Regina H. de F.; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Paradigmas em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 118-166.
- LANE, Silvia T. M. *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina H. de F. (Org.). *Psicologia Social comunitária – da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 17-34.
- MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SANTOS, Boaventura de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SILVA, Rosane N. da. *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

YAZBEK, Maria C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 33-40, jan.-jun., 2001.